

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XCI)

A HISTÓRIA DAS TERRAS DEVOLUTAS

Depois de ter tratado, ainda que resumidamente, alguns temas importantes e específicos, para lembrar, especialmente para os descendentes dos imigrantes, o processo de instalação dos imigrantes italianos, em sua nova pátria, como a religião, a cultura, a escola, a imprensa e a vizinhança, chegou o momento de rever a longa história das terras devolutas, destinadas às imigrações do Rio Grande do Sul..

Inicialmente é importante lembrar as origens da categoria de terras devolutas. Para isso é preciso voltar ao tempo das navegações e descobrimentos, final do século XV e inícios do século XVI. As duas grandes metrópoles, da época, eram Espanha e Portugal. Havia, entretanto, um poder superior, exercido pela Santa Sé, que atuava para evitar conflitos em relação à posse das terras descobertas. É preciso sublinhar que eram terras descobertas apenas para os europeus, pois eram habitadas por povos há milhares de anos.

Talvez, não tenha a ver diretamente com a vida dos imigrantes para o Rio Grande do Sul, mas, como a História é a mestra da vida, voltar aos tempos da formação do território brasileiro pode trazer boas informações. Por exemplo, poucos sabem porque o Papa tinha o poder de decidir sobre a posse das terras descobertas. Esse direito está baseado num decreto do Imperador Constantino, aquele que estabeleceu o Cristianismo como a religião oficial do Império Romano, que conferiu ao Papa Silvestre a soberania sobre todas as ilhas globo. Isto porque, naquela época, as terras a descobrir seriam, supostamente, todas ilhas. Todos sabem que Ilha de Vera Cruz foi o primeiro nome do Brasil.

O primeiro exercício deste Poder Pontifício teria acontecido em torno de 1156, quando Adriano IV deu a Irlanda ao reino da Inglaterra. Já em 1478 o Papa Sisto IV deu as ilhas Canárias ao rei de Castela. Essa tradição medieval da supremacia política da Santa Sé ainda vigorava na época da descoberta do Brasil.

Um aspecto de suma importância desta diplomacia internacional, se assim pode ser chamada, vinda de Constantino, concedia à Roma o "direito de dispor das terras e dos povos". Portanto, os descobridores seriam senhores, isto é, donos não só das terras, mas também de seus habitantes. Os povos que aqui viviam, há milhares de anos, de uma hora para outra, viram-se obrigados a renunciar sua cultura, seus costumes, suas crenças e, o mais grave, perderam suas autonomia e liberdade. Não eram donos de mais nada, nem de si próprios. Foram levantadas, inclusive, dúvidas sobre sua condição de seres humanos.

Pelo segundo Tratado de Tordesilhas, celebrado entre Espanha e Portugal, depois aprovado pelo Papa Júlio II em 1506, estabelecia uma linha imaginária distante 1770 Km a oeste de Cabo Verde. As terras "descobertas ou a descobrir" que ficassem a leste desta linha pertenceriam a Portugal; as do lado oeste, à Espanha. Em relação ao atual território brasileiro, a linha demarcatória iniciava na cidade de Belém e se estendia até Laguna em Santa Catarina. Observando o mapa atual do Brasil pode-se verificar que o seu território seria dois terços menor. Ele é o que é hoje, graças a sucessivas invasões.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XCII)

A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

A ocupação e o controle do território brasileiro, desde o descobrimento, sempre foram preocupações prioritárias da Coroa Portuguesa. Tais preocupações nada tinham a ver com o bem-estar dos povos indígenas. Eles viviam muito bem, à sua maneira, sem precisar da ajuda nem de espanhóis e nem de portugueses. E isto há milhares de anos. Os descobridores portugueses se preocupavam em garantir a posse das novas terras e evitar os invasores. De fato as terras eram novas para eles e, segundo os historiadores, eles também eram invasores como todos os outros europeus.

Os séculos XV e XVI ficaram caracterizados pelo surgimento de grandes empresas navais, pelo aperfeiçoamento das técnicas de navegação e pela expansão marítimo-comercial. Portugal e Espanha já não eram mais os senhores exclusivos dos mares. A Inglaterra, a França e a Holanda, possuidores de fortes armadas e seus frotas comerciais, muitas vezes, comandadas por corsários, se tornaram uma temível ameaça aos interesses portugueses e espanhóis.. Apenas para lembrar, todos conhecem as invasões pelos franceses. Do Rio de Janeiro em 1555-1565, e, mais tarde, em 1710-1711. A invasão francesa mais célebre é a do Maranhão, em 1612-1615, tendo deixado como maior legado a fundação da capital, São Luiz. Mas foram os holandeses que deixaram a maior herança política, cultural e econômica durante os quase 25 anos de ocupação de Pernambuco.

Portanto, os fatos mostraram que as preocupações da Coroa Portuguesa estavam muito bem justificadas. Os grandes empresários, com o apoio dos governos de seus países, se aventuravam pelos novos caminhos do mar em busca de riquezas e na captura de escravos.

Mas o que tem a ver tudo isto com a imigração italiana em nosso Estado? Muitas coisas. Primeiro, pode-se verificar que a ganância dos países mais desenvolvidos continua. O que mudam são as riquezas e os interesses econômicos. Segundo, o Rio Grande não seria português. Pelo Tratado de Tordesilhas todo território gaúcho seria de direito da Espanha. Enquanto os portugueses vigiavam a costa brasileira, o leste da linha de Tordesilhas; os bandeirantes, com o apoio dos governantes das capitanias, avançavam para oeste em busca de esmeraldas, ouro e pedras preciosas, fixando os limites do Brasil atual.

A primeira grande providência da Coroa Portuguesa para povoar o Brasil, a maneira mais segura para garantir a sua posse e impulsionar o desenvolvimento, foi a divisão em capitanias hereditárias. O sucesso não foi o esperado. E o Rio Grande do Sul não constava do mapa, pois o território brasileiro terminava em Laguna Sta. Catarina. Foi o Tratado de Santo Ildefonso (1777) que definiu o território gaúcho pela troca da Colônia do Sacramento com os Sete Povos das Missões. Estava assim definitivamente consolidada a posse portuguesa das terras gaúchas, que ao longo de sua história receberam mais de três dezenas de designações até chegar a Estado do Rio Grande do sul. Faltava agora definir e garantir a sua ocupação, não apenas pela força militar, mas por um sistema produtivo.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XCIII)

DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS

Uma vez consolidada a posse do território brasileiro e passados os primeiros tempos dedicados à exploração das riquezas, em especial, a madeira e o ouro, era fundamental desenvolver uma política de ocupação permanente do solo através de atividades agrícolas e pecuárias. A cana de açúcar e o café se apresentaram como as iniciativas mais lucrativas. O açúcar era uma mercadoria que tinha mercado garantido e boa lucratividade. O café, apesar da concorrência com outros países produtores, donde era originário, também representava um excelente investimento. A pecuária, inicialmente, diante da dificuldade de conservação da carne, era menos atraente. É importante, também, lembrar que não havia gado nativo.

Nos três casos havia um denominador comum: a exigência de grandes extensões de terra, pelo menos era a tese defendida pelos economistas da época. Tese que foi contrariada pelos imigrantes alemães e italianos no Espírito Santo ao mostrarem que o café era uma atividade viável em pequenas propriedades.

O acesso à propriedade, graças ao interesse do governo português, era facilitado. O sistema de doações foi a forma adotada. Os candidatos a proprietários eram pessoas das classes abastadas. Evidente, as áreas cobiçadas eram as de melhor acesso e manejo. Surgiram assim grandes latifúndios especialmente nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

No processo de doação havia um complicador. Cada beneficiário devia comprometer-se em cultivar a terra recebida com a condição de que o proprietário, de fato, a ocupasse e a cultivasse. Essa condição, aparentemente, simples se tornava, naquela época, um fator difícil de superar por falta de mão de obra. Situação que nos faz compreender o fenômeno, hoje, difícil de entender, a escravidão. Atualmente, para muitos, a escravidão não passa de um fato distante, quando na verdade está muito próximo.

Não é o momento de tratar deste assunto, mas é bom lembrar três aspectos que dizem respeito aos imigrantes italianos. O primeiro refere-se ao fato de que os primeiros imigrantes, que chegaram entre 1875 e 1888, viram de perto a situação dos escravos. O segundo, o mais grave, acontecia na hora de desembarque nos portos do Rio de Janeiro ou Santos. Os agentes dos fazendeiros tentavam de todas as maneiras, inclusive com falsas promessas, convencer os imigrantes a irem trabalhar nos cafezais de São Paulo. Muitos estudos já foram publicados sobre as tristes histórias de muitas famílias. Por fim, o terceiro aspecto, não menos grave, mostra que os navios negreiros das companhias de navegação, utilizados para o tráfico de escravos, foram, com pequenas modificações, os mesmos que transportaram os imigrantes.

Depois de muito andar pela história da ocupação do Brasil, está na hora de falar do Rio Grande do Sul. Inicialmente é bom lembrar que o atual território gaúcho somente foi incorporado ao território nacional no final do século XVIII. Antes disto, as Missões Jesuíticas abrangiam as reduções do Paraguai, Rio Grande do Sul e Uruguai.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XCIV)

OCUPAÇÃO AS TERRAS GAÚCHAS

O domínio das terras gaúchas começa pelo controle militar do litoral pelas construções de fortes em locais estratégicos, bloqueando os acessos pelo mar e pelos rios, em torno dos quais, como consequência, se formaram os primeiros povoamentos. O interior do Estado somente pode ser ocupado por atividades produtivas apenas no final do século XVIII. A metodologia foi a mesma do restante do país, isto é, doações, concessões ou posses. E a área não poderia ser outra senão a região da campanha, mais fácil de dominar e naturalmente adaptada à criação de gado. A pecuária era a única viável. Não havia clima para o café e a cana de açúcar.

Os beneficiários das doações ou concessões tinham o mesmo perfil dos beneficiários do centro do país. Os historiadores afirmam, com toda segurança, que eram privilegiadas as pessoas abastadas ou, como eles os chamaram, eram os homens de qualidade ou de cabedal. Pessoas de poucos recursos e de baixa posição social tinham poucas chances. O caminho destes poderia ser a posse, isto é, entrar na categoria de posseiros. O próprio Imperador D. Pedro I, mais tarde, era favorável aos posseiros, desde que se dedicassem a cultivar a sua propriedade.

Um ponto, que os pesquisadores insistem em sublinhar, é que a política costumeira e geral adotada para a ocupação das terras do governo gerou proprietários cada vez mais ricos, e as doações das terras eram em porções exorbitantes. Não estaria fora de propósito comparar a política daquela época com que acontece atualmente na região da Amazônia, especialmente quando se acompanha a imprensa sobre as ocupações de terras, os conflitos pela posse e, em especial, o assassinato da freira americana, a Irmã Dorothy.

No Rio Grande do Sul, a partir do século XVIII, a área cobiçada foi a da campanha. A razão principal era o fácil acesso aliado ao tipo de solo com sua vegetação rasteira adequada à criação de gado. A ocupação destas áreas, como já foi dito, obedeceu à mesma política do restante do país. Quanto às medidas, aqui, houve uma peculiaridade: tudo era calculado em sesmarias. Uma sesmaria media 6.600 m. em quadro. O que correspondia a 4.356 hectares. Segundo a importância da pessoa favorecida, a concessão, ou doação, podia ser de várias sesmarias. Personalidades eclesiásticas, inclusive, receberam tais benefícios.

A centralização da ocupação da área da campanha se deveu, em grande parte, pela existência de gado selvagem, supostamente, sem dono. Ninguém desconhece o fato de que o gado bovino foi trazido pelos europeus. Sobre quem e quando foi trazido, há várias hipóteses. A mais segura diz que foram os jesuítas entre 1620 a 1630. O importante é que houve um rápido crescimento do rebanho bovino, graças, especialmente, ao clima e às grandes pastagens naturais. Com a expulsão dos jesuítas por Pombal em 1759, as missões jesuíticas foram invadidas pelos bandeirantes; os índios foram ou capturados, ou mortos, ou fugiram. Com o desmantelamento das Reduções, o gado acabou se espalhando pelos campos dando origem a numerosos rebanhos de gado selvagem.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XCV)

UM NOVO MODELO DE PROPRIEDADE

Mais algumas observações para completar a descrição das bases econômicas do Rio Grande do Sul. Não resta dúvida que com a introdução do gado pelos missionários jesuítas estava lançado o fundamento econômico básico de apropriação do solo gaúcho. A doação dos campos em sesmarias a um grupo privilegiado de pessoas abastadas, conhecidas como fazendeiros ou estancieiros, possibilitou o desenvolvimento da pecuária em larga escala. O mesmo sistema que funcionava no Uruguai e na Argentina.

Portanto, é preciso lembrar que a grande riqueza econômica do Rio Grande do Sul do final do século XVIII e durante todo o século XIX estava concentrada na região sul. Hoje é comum se ouvir falar da metade sul pobre. Na verdade, dizem alguns estudiosos que ela não era e não seria pobre, ela foi feita pobre. E perguntam, onde foi parar a riqueza gerada pela pecuária através das charqueadas com o comércio do charque, dos couros e do sebo? As respostas poderiam ser várias. Cada um poderá tentar a sua. O importante, neste momento, é verificar que este sistema econômico na concentração de terras na mão de alguns, aliado às monoculturas, não dava mais conta das mudanças sociais, políticas e econômicas que estavam acontecendo, notadamente, o processo de industrialização, aumento da urbanização, o crescimento dos serviços públicos e da burocratização da administração estatal.

Tudo devia começar pela organização de um novo modelo de propriedade, o que obrigaria a reconhecer um novo perfil de proprietário. Tais exigências não significavam, necessariamente, o fim das grandes propriedades nem a exclusão de seus proprietários. A sua produção continuava sendo fundamental para a economia do país. Além de abastecer o mercado interno ela sustentava o comércio exterior. O principal fator do abalo deste sistema fundiário e de produção foi a política internacional pelo fim da escravidão, comandada pela Inglaterra, não por amor aos escravos, mas porque contrariava seus interesses comerciais.

Sem aprofundar essa questão, já que não foi a causa primeira do desenho do novo modelo de propriedade, é fundamental focar na direção da passagem para a era moderna. O fato principal aconteceu no século XIX com a revolução industrial. As ciências não mais ficaram na contemplação ou explicação do mundo, mas passaram a ser aplicadas para ampliar o poder de ação do homem. O conhecimento passou a ser utilizado para aumentar a capacidade de trabalho e de produção. O resultado foi a invenção de máquinas que multiplicavam a força de trabalho, mas exigiam operadores capazes.

Para resumir e simplificar. A industrialização foi responsável pelo rápido aumento da urbanização, o que provocou uma diminuição da população rural. Isto nos países europeus. No Brasil, o impacto foi menor, já que a industrialização era incipiente, entretanto, as monoculturas de café, açúcar e carne, não garantiam toda dieta alimentar da população que crescia. Por isso, urgia adotar um novo modelo de propriedade e um novo perfil de produtor. Faltava encontrar a área disponível e as pessoas aptas e dispostas.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XCVI)

AS TERRAS DE NINGUÉM

Uma observação para me justificar. Os leitores, que me honram com sua atenção, podem estranhar as longas voltas dadas para chegar às terras onde se instalaram os imigrantes, os nossos avós ou bisavós. Os fatos não acontecem isoladamente. Eles ocorrem encadeados num contexto muito amplo de múltiplas circunstâncias. Tomemos um exemplo corrente: a corrupção na política. Esse fenômeno não surge por acaso, isoladamente. Ele pode começar em dose homeopática. Uma cola na prova de aula. Uma compra de cerveja com nota de material de limpeza, na administração de um condomínio, etc. Mas voltemos às terras que, milenarmente, estavam aqui, no Rio Grande do Sul, esperando pacientemente pelos imigrantes para substituir sua vegetação por plantações, seus animais silvestres por animais domésticos e os homens primitivos por civilizados. Ou não estariam esperando? Ou estariam satisfeitas com a fauna, a flora e os índios que a povoavam?

As respostas, certamente, não serão científicas, mas apenas opiniões segundo os valores e as idéias que cada um cultiva em sua mente, segundo seus interesses e valores.

Ah, sim! As terras devolutas ou as terras de ninguém. (De ninguém?). Todo território brasileiro, desde o descobrimento, (ou invasão), foi tratado como terra de ninguém. Os descobridores podiam distribuir para quem quisessem, ou, simplesmente, quem tivesse condições podia se apossar de áreas segundo seus recursos e ambições.

A história da política agrária, no Brasil, é longa e tortuosa. Já foram feitas referências breves sobre a política das Capitanias e das Sesmarias. A questão ficou mais definida, o que não significa mais justa, a partir da promulgação, em 18 de setembro de 1850, da Lei de Terras. A esse respeito a professora da USP, Maria Thereza Schörer Petrone, escreveu: "Nas décadas transcorridas entre o começo e o fim do século, foi promulgada a Lei de Terras que legalizou a posse de todas as terras griladas pelos latifundiários". E segundo o pesquisador José Murilo de Carvalho, essa lei atendeu os interesses dos grandes produtores do Sudeste do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais). A única condição era residir e produzir na terra.

A Lei de Terras passou por diversas alterações, incluindo o Estatuto da Terra e da Reforma Agrária, até chegar à Lei de Terras da Amazônia Legal. Nestas ocupações amazônicas, não se pode esquecer, estão muitos descendentes dos imigrantes ítalo-gaúchos, na caminhada pela ocupação das terras devolutas, ou da União. O último capítulo do caminho dos imigrantes italianos do Rio Grande do Sul.

Dito isto, pode-se concluir que as, assim chamadas, Terras devolutas ou Terras de Ninguém, de fato, eram terras que não tinham proprietários legais e nem mesmo havia pretendentes a possuí-las. As razões são simples, eram áreas que, naquela época, não tinham valor econômico. Eram áreas de difícil acesso por serem cobertas de florestas, em parte, alagadiças e, na maior parte, montanhosas. Não faltavam os animais ferozes. E o ponto, quase esquecido, a presença incômoda de alguns legítimos donos, os índios.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XCVII)

ENTRE VALES E MONTANHAS

A relação entre as montanhas e os imigrantes italianos sempre foi contada como sendo a sua grande preferência. Isto seria comprovado porque os italianos escolheram as áreas montanhosas da Serra Gaúcha, enquanto os alemães preferiram as terras planas ao longo dos rios. Tudo não passa de lenda. Talvez, os imigrantes, mais ao norte da Itália, poderiam gostar das montanhas pela semelhança com a sua terra natal, mas, certamente, não para trabalhar.

Não é necessário muito raciocínio para perceber que a história é diferente. Para simplificar, basta fazer três observações.

1. A comparação com os imigrantes alemães. Todos sabem que eles chegaram ao Estado a partir de 1824, portanto 51 anos antes. Não foram consultados para onde queriam ir. Havia, na verdade, uma única opção: ocupar as terras ao longo dos rios. Os rios eram os únicos caminhos para chegar ao interior. Foi assim que os imigrantes alemães foram subindo o rio Caí, até Feliz; o rio Taquari até Lajeado e Estrela; o rio Jacuí, até Agudo. Com o tempo, adentrando mais as matas, distanciadas das margens, eles mesmos foram construindo as celebres picadas, que algumas localidades ainda preservam o nome, como Picada Café.

Quando chegaram os primeiros imigrantes italianos, em 1875, restava a área montanhosa, que continuava devoluta ou desabitada. Portanto, não houve escolha. A Serra era o que restava do processo de ocupação do território gaúcho. É bom no esquecer que os alemães depois que as áreas planas já estavam ocupadas, tiveram que ocupar áreas montanhosas. Um exemplo, apenas para confirmar, é o interior norte de Santa Cruz do Sul.

2. Os agentes de emigração. Os agentes de emigração que buscavam convencer as populações do norte da Itália com destino ao Brasil e, em especial, ao Rio Grande do Sul, nunca colocaram o relevo do solo como atrativo para convencer as pessoas. Nunca disseram que seria a Serra Gaúcha o lugar de seu destino. O ponto que acentuavam, e com muita insistência, era a idéia de propriedade, aliás, correspondia, diga-se com justiça, ao principal sonho de todos os imigrantes, como já foi dito.

A bem da verdade, não se tem referências sobre alguma exigência ou preocupação a respeito do relevo das terras que receberiam, quando lhes era proposta a idéia de emigrar. Parece que o ideal de propriedade e o sonho de uma vida melhor impediram que fossem feitas outras exigências. É como se fossem ao paraíso. Depois de aqui chegados e já de posse de seus lotes, alguns depoimentos mostram, não se pode dizer descontentamento, mas um certo desapontamento seguido de resignação. O que os consolava era o fato de serem donos das terras, embora difíceis de trabalhar, muito bem expresso nestas frases: "le ze brute, ma le ze nostre". (são feias, mas são nossas).

Nem todos os imigrantes se resignaram. Um grupo de alemães russos, vindos, em 1877, para a Colônia Silveira Martins. As terras não eram planas, como fora prometido, se revoltaram e voltaram para Porto Alegre. Depois recolocados na região de Curitiba.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XCVIII)

OS PRIMEIROS CONVIDADOS

Na crônica da semana passada faltou, por falta de espaço, apresentar a terceira observação sobre a crença de que os imigrantes italianos teriam, por decisão pessoal, escolhido uma área montanhosa para se instalar.

3. Os primeiros convidados do Imperador. Já foi lembrado, anteriormente, que o Imperador D. Pedro II, em viagem ao Rio Grande do Sul, foi informado de que a Serra Geral era uma área desabitada. A sua preocupação, como sempre fora do governo português, era garantir o domínio e a integridade do território brasileiro. A melhor maneira era o povoamento. A solução não era tão simples como poderia parecer. A questão principal era encontrar pessoas que se dispusessem e soubessem trabalhar em terras montanhosas.

A viagem de volta para o Rio de Janeiro era longa e demorada. Nem estradas para carruagens havia. Tudo deveria ser feito em lombo de cavalos. Portanto teve tempo para pensar em quem poderia trazer para a Serra Gaúcha. Ele não pensou nos italianos, como se poderia supor à primeira vista. Aliás, a Itália não mantinha boas relações com o Imperador Francisco José da Áustria, embora irmão da Imperatriz Dona Leopoldina. Será aos habitantes do sul da Áustria que o imperador brasileiro vai fazer o primeiro convite. Curiosamente, assim começa o caminho dos nossos imigrantes italianos.

Na primeira viagem que Dom Pedro II faz ao tio Imperador do Império Austro-Hungaro solicita-lhe a permissão de liberar os tirolezes para colonizar a Serra Gaúcha. Ele via nesses habitantes dos Alpes e agricultores criadores de vacas, o perfil ideal para desbravar as montanhas gaúchas. Diante da resposta afirmativa e pronta do tio, imediatamente, começaram os trabalhos de propaganda para atrair emigrantes. Assim os tirolezes foram os primeiros convidados neste processo migratório que abrange Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo.

Aqui cabem algumas informações sobre o Tirol, já que tem muito a ver com todos os imigrantes italianos. O Tirol foi um Estado Independente, mas por pouco tempo. Resumidamente, pode-se dizer que fez, quase sempre, parte da Austria. O seu território era formado por três províncias, o Tirol do Norte, o Tirol do Sul e o Trentino. No final da guerra de 1918, o Tirol do Sul e o Trentino ficaram com a Itália. O Tirol do Norte com a Áustria. É importante lembrar que, no Tirol do Norte se fala alemão No Tirol do Sul também, com exceção de uma pequena parcela que fala italiano. É pelo Tirol do Norte que a busca de emigrantes se inicia. A adesão foi quase nula assim o jeito foi descer para o Tirol do Sul e o Trentino, sendo que, então, ambos eram território austríaco. E como não encontraram resistência das autoridades italianas, os agentes entraram na região veneta.

Voltando à questão das montanhas, pode-se concluir que os trentinos, os tirolezes, parte do norte do Vêneto e do Friuli eram habituados aos montes, a maioria dos vênets vivia na planície do rio Pó (Pianura Padana), que atravessa o norte da Itália de oeste a leste, desde Turim passando por Milão, Mantua, Piacenza, Bréscia, Treviso até Veneza.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XCIX)

POR QUE OS IMIGRANTES?

A pergunta, por que os imigrantes?, é fácil de responder para quem presta atenção à política de distribuição de terras no Brasil, desde seu descobrimento. Três pontos são suficientes para entender a questão. Primeiro, as pessoas que podiam receber terras pertenciam à elite social, formada por portadores de títulos de nobreza, herdeiros de grandes fortunas e senhores abastados, em geral, negociantes. Eles eram, como se dizia na época, homens de qualidade ou de cabedal. Segundo, o sistema de distribuição de terras se baseava em áreas de grande extensão. Esses dois primeiros pontos nos levam ao terceiro ponto, o mais importante. Para os nobres e os ricos o trabalho braçal era uma desonra. Para isso havia os escravos e a necessidade da escravidão. A ocupação produtiva da terra se dava com agricultura extensiva, café e cana de açúcar, e com a pecuária, criação de gado.

Estas rápidas observações completam o que já foi dito anteriormente, era necessário alterar o sistema produtivo de ocupação da terra, o que exigia um outro perfil do proprietário. Aparentemente uma mudança simples, mas, para a época, era uma revolução social e econômica.

Essa mudança da ordem social e econômica não aconteceu como um fato isolado. Ela foi se definindo lentamente enfrentando resistências, em especial, dos grandes proprietários, e sob a pressão de outros fatores, entre eles, o fim da escravidão. Quem iria trabalhar nos latifúndios de graça? Daí a conseqüente valorização do trabalho braçal, não porque fosse uma atividade agradável, mas porque precisava que alguém o fizesse sem ser considerado escravo ou uma pessoa inferior. A crescente demanda de alimentos pelo aumento da população urbana.

Também não aconteceu de repente. Os esforços, para mudar o perfil da propriedade e do proprietário, começam já nos meados do Século XVIII, mais precisamente em 1747 com a chegada do primeiro grupo de açorianos. Um pouco mais tarde, a Coroa portuguesa permitiu a transferência de 4.000 casais de habitantes das ilhas dos Açores e Madeira, como escreve o Visconde de São Leopoldo, para o litoral sul brasileiro, precisamente a província de Santa Catarina e a Província de São Pedro. Entre eles estão os casais açorianos, fundadores do Porto dos Casais, hoje, Porto Alegre.

Apenas por curiosidade, para os casais vindos dos Açores e Madeira, havia a exigência de que os homens não tivessem mais que quarenta anos e as mulheres mais que trinta anos. "Chegados aos sítios designados cada casal recebia, entre outras ajudas, uma espingarda, duas enxadas, um machado, dois alqueires de sementes, duas vacas e uma égua". Pergunta, será que as duas enxadas, uma era para a mulher?

Com a chegada da família real em 1808 intensificou-se esta política de imigração com a fundação, em 1818, da colônia de Nova Friburgo na província do Rio de Janeiro com imigrantes suíços. Como os resultados não foram os esperados, as portas de imigração foram abertas para grupos maiores. Quando chegam os alemães, italianos e poloneses.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (C)

MAIS COLÔNIAS DE IMIGRANTES.

A estratégia da ocupação das áreas de terras devolutas através da implantação de colônias com imigrantes, oriundos das camadas mais pobres da sociedade, na verdade, nada mais era do que continuar a política de domínio sobre todo o território brasileiro. Voltando ao caso dos açorianos, vindos para Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Inicialmente eram destinados a ocupar a região das Missões, mas como o tratado de Madri, anterior ao de Santo Ildefonso, não deu certo, e como a cidade de Rio Grande fora invadida pelos espanhóis, era preciso impedir seu avanço. Então eles, os açorianos, foram distribuídos nos fortes militares, construídos desde Rio Grande a Porto Alegre e, subindo o Rio Jacuí, até Rio Pardo. Isto mostra que o motivo principal era de ordem militar. A atividade agrícola, até então, estava em segundo plano, embora necessária para a subsistência.

Na sequência das colônias açorianas e suíças surgem os maiores contingentes de imigrantes, primeiro os alemães, depois os italianos e, em menor escala, os poloneses. Com isso a inflexão militar quase desaparece. A respeito dos imigrantes alemães, vindos ao Rio Grande do Sul, tudo indica que havia apenas o objetivo de desenvolver a agricultura.

Entretanto, cabe aqui, para quem deseja conhecer outro aspecto, pouco conhecido da imigração alemã, fazer referência ao livro do Coronel reformado, Juvêncio Saldanha Lemos, Os Mercenários do Imperador – A primeira corrente imigratória alemã do Brasil. Como o título diz os primeiros alemães chegaram ao Brasil para formar o Exército do Império do Brasil, por iniciativa de D. Pedro I, disfarçados de agricultores..

Feita essa observação como simples informação, não resta dúvida de que os colonos alemães vieram ao Rio Grande do Sul para serem agricultores. A partir do século XX, na década de 1920, chegaram em torno de 70 mil imigrantes alemães que não iam para as colônias rurais, mas se instalavam em centros urbanos, inclusive Porto Alegre, como artífices, operários, médicos, engenheiros, professores, trabalhadores urbanos e, até, como refugiados políticos.

O maior aporte de imigrantes para o Rio Grande do Sul foi de italianos. Geralmente se fala dos italianos do norte, em especial, os da região do Vêneto por constituírem a maior parcela. Embora Dom Pedro II tenha tido a ideia de trazer imigrantes como garantia do controle da Serra Gaúcha, para a maioria dos imigrantes o objetivo era um só: dedicar-se à agricultura, tarefa que conheciam. Sobre a história da imigração italiana existe uma vasta literatura sobre os mais variados aspectos. Não é preciso repetir.

Não se pode esquecer que vieram outras etnias menos numerosas, mas todas com o fim de dedicar-se às atividades agrícolas. Os poloneses, entre elas, ocupam um lugar de destaque. Há também duas colônias judaicas, a de Felipson, em Santa Maria, e a de Quatro Irmãos, em Erechim. O seu começo foi a agricultura, mas dentro de uma década, mais ou menos, todos haviam abandonado a área rural migrando para centros urbanos.

É neste conjunto de múltiplas etnias que todas procuram preservar sua identidade.